

Div. Externa

18 FEV 1987

A idéia da moratória unilateral, com a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, está sendo questionada no Congresso. A sugestão partiu do próprio presidente Sarney e integra um elenco de medidas apresentado ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para consultas às lideranças políticas e posterior definição do governo. A princípio, tanto parlamentares do PMDB como do PFL consideram positivos os resultados políticos de uma iniciativa como essa, mas discutem se será mesmo eficaz.

Amanhã estarão reunidas, separadamente, as executivas do PMDB e do PFL, justamente para uma avaliação das consultas feitas aos parlamentares sobre as propostas do presidente Sarney. Ontem, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, declarou ao **Jornal da Tarde** que seu partido poderá aprovar, nesse encontro, uma proposta de pacote econômico, a ser encaminhado ao presidente, incluindo a questão da dívida externa.

Um exemplo de que os parlamentares do PMDB repensaram a questão da moratória, a partir de um melhor entendimento sobre suas consequências, foi a nova postura do presidente do partido, Ulysses Guimarães preferindo passar ao lado da questão, quando 24 horas antes apoiava implicitamente a sugestão, ao condenar os empréstimos concedidos pelos banqueiros privados sem um exame prévio de sua utilização.

Ontem, durante seu contato diário com os jornalistas, Ulysses recusou-se a oferecer respostas diretas à questão da moratória, limitando-se a afirmar que o ministro

da Fazenda, Dílson Funaro, está estudando a matéria, devendo comunicar previamente às lideranças qualquer decisão nos próximos dias.

Na área do Executivo — embora oficialmente o Palácio do Planalto e os ministros do Planejamento e da Fazenda neguem qualquer estudo voltado para a suspensão, mesmo temporária, do pagamento dos juros — é certo que os levantamentos estão sendo realizados não com vistas a um confronto direto com os banqueiros, mas no âmbito de uma negociação envolvendo o refinanciamento da dívida externa e a retomada do fluxo de recursos para o País.

Colapso

A inevitabilidade de alguma providência destinada a estancar as transferências de recursos para o Exterior já não se discute, até por uma questão aritmética, segundo salientou um dos técnicos envolvidos: há três meses o País enfrenta uma perda líquida de reservas ao redor dos US\$ 900 milhões, situação que não pode perdurar por mais 60 dias sob pena de um colapso cambial.

O que se pretende colocar para os líderes do Congresso é a centralização cambial, igualmente negociada com os banqueiros, através da qual o Banco Central assume a exclusiva responsabilidade pelos pagamentos internacionais, estabelecendo prioridades em função das necessidades nacionais, como a aquisição de petróleo, de matérias primas essenciais, os créditos das institui-

ções como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e, por último, o pagamento dos juros dos empréstimos contraídos junto aos bancos privados.

A administração desses pagamentos também poderá ser objeto da renegociação, facultando-se ao comitê de bancos a atribuição de indicar quais os bancos que receberão e quanto, de acordo com as disponibilidades de divisas do Banco Central. Trata-se, em última análise, de uma moratória consentida, já posta em prática pelo Brasil em junho de 1983, através da Resolução 851 do Conselho Monetário Nacional.

Paralelamente, seriam ativadas as negociações com os bancos credores em torno do refinanciamento da dívida, ainda que não se cogitasse da montagem de um programa multianual, a esta altura de difícil acerto em virtude da deterioração das contas externas do País e da degradingolada do Plano Cruzado. O problema maior reside na necessidade de novos recursos entre US\$ 4,0 bilhões e US\$ 6,0 bilhões, inclusive para recomposição de reservas, pois sabe-se que os bancos resistirão à idéia.

Essa negociação envolveria obrigatoriamente o governo americano, especialmente contatos com o Departamento de Estado, o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve (Banco Central, Norte Americano). Esses contatos a nível político poderiam ser desenvolvidos pelo banqueiro Marcílio Marques Moreira, atualmente embaixador do Brasil em Washington e com amplo tráfego no mercado financeiro internacional.